

“Tudo que é sólido desmancha no ar”: sobre o problema do popular na linguagem¹

Anna Christina Bentes

Resumo

Este trabalho tem como objetivo principal elaborar algumas reflexões iniciais sobre o problema de quais critérios devem ser considerados quando tratamos de aspectos de uma fala definida como popular. Para tanto, apresentamos uma breve articulação entre postulações da história social e da sociolinguística sobre as relações entre língua(gem) e classe social e exemplificamos, com a análise de falas de um artista popular em diferentes contextos (público e privado), que as complexas relações entre determinados traços linguísticos e a posição enunciativa do sujeito são caracterizadoras da natureza popular dessas falas.

Palavras-chave: Sociolinguística. Linguagem popular. Estilos linguísticos.

¹ Esse texto é uma versão ampliada do texto intitulado “Contribuições para o entendimento sobre a pluralidade de culturas e variedades de língua populares do Brasil”, apresentado no II SIMELP, em Évora, em outubro de 2009. Meus mais sinceros agradecimentos ao parecerista anônimo da FAPESP, à Marta Scherre e à Regina Cruz, pelas sugestões que possibilitaram uma maior e melhor organização da discussão aqui apresentada. Agradeço ainda a Richard de Oliveira Martins pelas contribuições sobre o campo da história social. Todos os erros que ainda persistirem são de minha inteira responsabilidade.

1. Introdução

Este trabalho tem por objetivo principal elaborar algumas reflexões iniciais sobre o problema do popular² no campo dos estudos linguísticos, partindo das distinções já estabelecidas entre “variedade linguística culta & variedade linguística não-padrão/popular” (CASTILHO, 1997; PRETI, 1997, 1998; BAGNO, 2001; RIBEIRO, 2002; LEITE, 2006; NARO; SCHERRE, 2007).

As complexas relações entre a variedade linguística considerada como *a* culta e as variedades, registros e estilos populares constituem uma questão que tem sido objeto de estudo das diferentes áreas das ciências humanas. A nosso ver, a caracterização do popular é recortada, muitas vezes e a um só tempo, nas ciências humanas por três critérios: o das relações entre grupos e/ou classes sociais, o das relações entre oralidade-escrita e o das relações entre local-global. Ao afirmarmos isso, não pretendemos discretizar os critérios acima propostos, mas sim afirmar o entrelaçamento existente entre eles na constituição do “popular”.

Ao longo desse artigo, assumimos que a qualificação de “popular”, seja em relação à língua ou a uma variedade de língua falada, seja em relação à escrita (literária ou não), é fundamentalmente produzida por uma forma de apreensão³ e/ou de conhecimento por parte de quem se aproxima desse objeto. Em outras palavras, é preciso uma atenção especial em relação aos múltiplos e complexos recursos semióticos que o configuram

Sendo assim, trataremos de apenas um dos três critérios acima evocados para a constituição do popular, a saber, o critério da classe social. Para tanto, em um primeiro momento, pretendemos apresentar uma breve articulação entre postulações da história social e da sociolinguística sobre as relações entre língua(gem) e classe social, enfocando a seguinte postulação de Thompson (1998): a de que o desenvolvimento de uma variedade popular de língua necessariamente deriva de um processo de elaboração de uma identidade e/ou consciência de classe.

Em um segundo momento, pretendemos exemplificar, com a análise de falas de um artista popular (um *rapper*) em diferentes contextos (discurso de agradecimento em cerimônia de entrega de prêmios e depoimento a um jornalista no interior de seu carro), que as complexas relações entre determinados traços linguísticos e a posição enunciativa do sujeito (que revela uma reflexão contínua sobre o seu pertencimento de classe e sobre sua própria trajetória no campo social) são caracterizadoras da natureza popular dessas falas. Essa análise, que considera necessária a articulação entre diferentes recursos e níveis de linguagem para a explicação de elaboração de registros e estilos linguísticos (sejam eles cultos ou populares), insere-se na agenda dos estudos sociolinguísticos da chamada “terceira onda”

² “Dizer que o popular existe é estudar essa relação que nos desabitua, nos desengaja da literatura que conhecemos, na medida que precisamos aprender a considerar mais as trocas do que os acontecimentos ou fatos, mais as flutuações e as transformações do que os gêneros e o texto, porque é precisamente a não-fixidez que caracteriza a literatura ou o objeto que procuramos. (...) Declarar popular uma literatura ou um objeto é afirmar uma relação e engajar-se assim num discurso político (e numa política do discurso), saber que ele supõe um *parti pris* em detrimento de outro discurso possível que, se quiséssemos reconhecer, nos desengajaria da opção que fizemos”. (BOLLÈME, 1988, p. 6)

³ Mário de Andrade, que desenvolveu um projeto global de “auto-conhecimento” da arte, da cultura e da língua popular brasileiras, afirma que estabelece como tarefa para si construir um tipo de aproximação sobre esses objetos por meio de uma “compreensão empática” e/ou de um “gesto de amor”. (SCHELLING, 1990, p. 163)

(ECKERT, 2005), que pretende dar visibilidade aos complexos processos de elaboração de identidades, de registros e estilos a partir da manipulação dos recursos das diferentes variedades linguísticas no interior dos grupos sociais (COUPLAND, 2001; BELL, 2001).

2. O critério ‘classe social’ na composição do conceito de lingua(gem) popular

Um estudo clássico sobre a cultura dos trabalhadores ingleses no século XVIII e parte do XIX é *Costumes em comum*, de E.P. Thompson, originalmente publicado em 1991. Neste trabalho, o autor estabelece o contexto de profunda separação entre a cultura patricia e a cultura da plebe no século XVIII inglês. Naquele momento, observadores oriundos das elites letradas estão registrando os hábitos e ritos das camadas inferiores, dando início aos estudos do chamado *folclore*.

A impressão que tinham esses folcloristas era a de que esses costumes populares seriam resíduos já em desaparecimento, que ainda encontravam refúgio somente nas regiões rurais, já que emergia o processo de industrialização nos ambientes urbanos. Para Thompson, o que se fez ao se considerar o costume como uma discreta sobrevivência foi deixar de observar o seu caráter de “ambiência, *mentalité*, um vocabulário completo de discurso, de legitimação e de expectativa” (THOMPSON, 1998, p.14). Ainda para o autor, o “costume”, interpretado nos séculos precedentes como a segunda natureza dos homens, conduzindo-os a “fazer o que sempre fizeram”, estaria relacionado à transmissão oral, à educação que se recebe desde cedo no convívio familiar, e também ao aprendizado de um ofício, nas áreas rurais bem como nas áreas manufatureiras e mineiras mais densamente povoadas.

Segundo Thompson, ao observar tais “costumes”, os folcloristas não se deram conta de sua função racional como reguladores das rotinas. Além disso, o costume era também um termo operacional, tendo em vista que “constituía a retórica de legitimação de quase todo uso, prática ou direito reclamado” pelas classes trabalhadoras (p.16). O costume estava, portanto, relacionado ao direito consuetudinário, sendo parte de estratégias de negociação, “em oposição aos limites impostos pelos governantes patricios” (p.17).

Assim, a cultura plebéia (popular) revestida da retórica do costume “não se autodefinia, nem era independente de influências externas”; estaria mais perto de ser uma “arena de elementos conflitivos” e trocas, muito longe do conceito de cultura popular como algo ultraconsensual, “sistema de atitudes, valores e significados compartilhados”, conceito tão caro à historiografia social mais ingênua. Apontar o dinamismo dessa cultura popular, situando-a “no lugar material que lhe corresponde”, é um dos objetivos do autor.

Ainda na introdução de sua obra, Thompson preocupa-se em tornar evidente o paradoxo da cultura popular inglesa do período estudado: “uma cultura tradicional que é, ao mesmo tempo, rebelde” (p.19). É tradicional porque calcada na transmissão oral dos costumes que se diversificam muito lentamente, já que a educação formal ainda não se interpôs nesse processo; mesmo quando a alfabetização crescente vem fazer parte dele, a produção escrita tende “a se sujeitar a expectativas da cultura oral, em vez de desfiá-las com novas opções”. No entanto, era rebelde ao não defender normas impostas pela Igreja ou pelas autoridades. A lei estabelecia os limites da atuação plebéia (legitimada nos costumes), mas não entrava em seus lares: “em consequência, temos uma cultura costumeira que não está sujeita, em seu funcionamento cotidiano, ao domínio ideológico dos governantes” (p. 19). Para o autor, a cultura plebéia mostra-se conservadora porque a inovação pertence aos patrícios:

não é um processo tecnológico/social neutro e sem normas (...) mas sim a inovação do processo capitalista, [que] é quase sempre experimentada pela plebe como uma exploração, a expropriação de direitos de uso costumeiros, ou a destruição violenta de padrões valorizados de trabalho e lazer. (THOMPSON, 1998, p.19)

Como fica evidente até aqui, a divisão que Thompson enxerga se dá em termos de classes. No entanto, o “homem-massa” não tem uma consciência de classe altamente desenvolvida e sua própria identidade social é fruto da ambigüidade entre a “moralidade popular” do costume e a “moralidade oficial”, nos termos que o autor busca em Gramsci. A moralidade oficial, ligada à *práxis*, era necessária à sobrevivência, “necessidade de seguir a ordenação do mundo e de jogar com as regras impostas pelos empregadores” no caso do mundo do trabalho. Mas é nas relações sociais e nas experiências compartilhadas que se forja também a consciência da exploração, o “senso comum” enquanto moralidade popular, que “expõe o texto do teatro paternalista à crítica irônica e, com menos frequência, à revolta”. Dessa forma, Thompson entende “boa parte da história social do século XVIII como uma série de confrontos entre uma economia de mercado inovadora e a economia moral da plebe, baseada no costume” (p. 20-21).

Nesse confronto, Thompson vislumbra a formação das classes, bem como da consciência de classe, com a Revolução Industrial como pano de fundo da “maior transformação da história, ao (...) destruir a autoridade das expectativas baseadas nos costumes” (p.22-23), uma vez que as sucessivas gerações já não tinham mais as expectativas e perspectivas das gerações anteriores. Deparamo-nos com um processo de elevação das expectativas materiais concomitante à desvalorização das culturas tradicionais. Assim, Thompson reivindica a pertinência da

investigação dos costumes como forma de ampliar as satisfações culturais e tornar as satisfações materiais mais igualitárias, tendo em vista que no mundo atual encontramos o processo que se desenhava no século XVIII na Inglaterra em pleno desenvolvimento em âmbito global.

Com base nas reflexões de Thompson (1998), podemos dizer que, para esse autor, a cultura popular constitui-se como um *locus* de conflitos que se deixam revelar justamente pela linguagem, ou seja, pelos discursos que nela são assumidos. Thompson é um autor que foi muito criticado por assumir a postulação de que o interesse dos historiadores sociais deveria recair fundamentalmente sobre o problema da experiência social dos sujeitos, sendo que esta última, por sua vez, determinaria a consciência de classe:

A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram - ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. (THOMPSON, 1987, p.10)

É interessante perceber que, para esse autor, a linguagem é fundamental para a constituição tanto da experiência como da consciência de classe. Em seu estudo sobre a formação da classe operária inglesa, Thompson (1987) assume que não pode haver classe sem consciência de classe e sem uma elaboração discursiva própria dos trabalhadores que contemplaria (i) a postulação de uma diferenciação (em termos de valores, tradições, idéias e formas institucionais) entre a classe trabalhadora e a classe média; e (ii) o desenvolvimento de uma crítica própria em relação à sociedade capitalista e às relações de propriedade.

Ou seja, poderíamos entender que uma primeira diferenciação entre a perspectiva da história social e da sociolinguística (seja ela variacionista ou de base antropológica) sobre a compreensão da linguagem como socialmente marcada é o fato de que, para os historiadores, *o fato de o sujeito apresentar um conjunto de marcas linguísticas que podem indicar a sua origem social parece implicar apenas parcialmente o estabelecimento de uma relação entre linguagem e classe social*. Para melhor vislumbrarmos essa relação, é importante atentarmos para o item (ii) acima, já que o desenvolvimento de um “discurso crítico” em relação a outro grupo social pressupõe uma análise das maneiras pelas quais os sujeitos se inserem e agem no interior de um determinado campo semiótico e de um campo social (HANKS, 2008).

Alguns ramos importantes da sociolinguística, em função de outros interesses e premissas, desenvolveram e desenvolvem pesquisas nas quais esse *a priori* é fundamental: sujeitos pertencem

centes a determinados grupos sociais (identificados principalmente pela renda familiar e pelos bens que possuem) seriam os informantes que revelariam, em suas práticas linguísticas, marcas de natureza fonético-fonológica e/ou gramatical características da fala dos sujeitos pertencentes às camadas populares.

Esses estudos integrariam, em sua grande maioria, os dois primeiros momentos da história do campo da sociolinguística, descritos por Eckert (2005) nos seguintes termos: uma *primeira onda*, caracterizada por (i) desenvolver pesquisas amplas de comunidades definidas geograficamente; (ii) estabelecer a hierarquia socioeconômica como um mapa do espaço social; (iii) compreender as variáveis como marcadores de categorias sociais primárias que carregam estigmas e/ou prestígio de classe e o estilo como atenção à fala e controlado pela orientação prestígio/estigma; a *segunda onda*, caracterizada por (i) desenvolver estudos etnográficos de comunidades definidas demograficamente; (ii) compreender as categorias locais como ligadas à demografia social; (iii) compreender as variáveis como indiciando categorias localmente definidas e os estilos como atos de afiliação.

Para a autora, a sociolinguística atualmente encontra-se desenvolvendo estudos no interior do que ela denomina *terceira onda*, caracterizada por (i) desenvolver estudos etnográficos de comunidades de práticas; (ii) compreender que as categorias locais são construídas a partir de pontos de vista comuns e que as variáveis indiciam pontos de vista, atividades, e características; (iii) compreender a elaboração dos estilos como construção de uma *persona social*.

Nesse sentido é que os estudos sociolinguísticos atuais (Eckert e Rickford, 2001) parecem coadunar-se com o pressuposto de Thompson, para quem o importante para que uma determinada linguagem (ou variedade linguística ou registro) seja considerada como “popular” ou relacionada às classes trabalhadoras e/ou subalternas é o fato de ela constituir e ser constituída por uma consciência de classe, já que, para o autor, sem consciência não há pertencimento de classe e, conseqüentemente, não há linguagem de classe. Em outras palavras, as relações entre linguagem e classe social passariam necessariamente pela elaboração e/ou assunção de um determinado ponto de vista sobre um tema e/ou referente, assim como por processos de legitimação de *personas* sociais ligadas e/ou representativas de determinadas comunidades e/ou grupos sociais.

No entanto, essa postulação de Thompson não pressupõe, conforme foi possível observar por nossa breve apresentação acima, um domínio de uma experiência pessoal ou de classe “verdadeira” ou “autêntica” anterior à linguagem. O trabalho de Thompson e de outros historiadores como Burke (1993), Porter (1993) e Joyce (1993), somente para citar alguns, assume que “a própria língua é formadora da experiência social de classe – e,

em relação a esta ela é tudo, menos passiva ou reflexiva” (JOYCE, 1993, p. 24). Por exemplo, para esse último autor, a cultura popular não se encontra subsumida em alguma suposta hegemonia, mas revela sim

um padrão variável de alianças, no qual as perspectivas de classe eram retidas na busca comum daquelas que eram, de qualquer forma, as causas sociais e políticas nitidamente radicais. Laços de afinidades entre as classes eram manifestos, por exemplo, nos ataques a uma Inglaterra aristocrática, preguiçosa, libertina, não-trabalhadora. Estereótipos como “a verdadeira Inglaterra” sendo o norte industrial estavam em evidência, contrapostos à nítida condescendência do sul estéril e privilegiado, e a seu domínio de poder e de cultura. (*op. cit.*, p. 226)

Assim, podemos dizer que a constituição de uma linguagem popular e/ou de variedades linguísticas populares está relacionada a um trabalho sobre a linguagem na direção da diferenciação social (BOURDIEU, 1987). Caso esse critério da consciência dos sujeitos em relação ao desenvolvimento de uma “linguagem de classe” seja de fato importante na definição de uma variedade popular de língua, há várias implicações para os estudos sociolinguísticos, já que a atual agenda da sociolinguística está menos comprometida com a reificação/delimitação de identidades linguísticas e sociais e mais com a tentativa de compreender as formas como os falantes negociam consigo mesmos e com seus atuais ou potenciais interlocutores o que pode ser dito e interpretado em um determinado contexto (RAMPTON, 1995; COUPLAND, 2003). Em outras palavras, a atual agenda dos estudos sociolinguísticos contempla uma mudança que vai de (i) uma visão estática de identidade social para uma visão que privilegie as dinâmicas da identificação social e (ii) de um foco na linguagem concebida como uma forma de comportamento para o foco na linguagem como um lugar onde os sentidos sociais são encenados discursivamente (BENTES, 2009).

Se por um lado, o campo da sociolinguística há muito já revisou o pressuposto da correlação entre determinada variedade linguística e determinada identidade social, por outro lado, há ainda muito a fazer para que seja possível dar conta tanto das dinâmicas de identificação social que são pressupostas, por exemplo, nos complexos processos de elaboração das múltiplas identidades sociais, como também das motivações e finalidades que estão na base da contínua encenação dos sentidos e das identidades sociais.

De forma a procurar justificar, mesmo que apenas parcialmente, o nosso interesse pela questão do popular, que está diretamente relacionado ao interesse pelos movimentos de valorização e/ou de legitimação das variedades, registros e estilos linguísticos menos prestigiados, sejam eles vinculados a grupos

da base da pirâmide social econômica ou a grupos que reivindicam para si culturas alternativas, locais e menos institucionais, trazemos a citação de Porter (1993) abaixo, sobre as históricas relações entre linguagem e poder, relembrando, assim, a idéia inicial postulada por Bollème (1988), de que estudar o “popular” é sempre engajar-se em uma política do discurso:

Todas as formas de organização política são mais ou menos políglotas. Mas nunca existe a *liberté, égalité, fraternité* das línguas; em nenhum lugar há uma “sociedade de niveladores” genuinamente linguística. Os níveis de linguagem são dispostos em hierarquias sociais que, de maneira geral, são oficialmente reforçadas (e, às vezes, igualmente subvertidas, por meio das formas paródicas da comédia, do carnaval e da charge). A linguagem de uma elite governante, *a fortiori*, de um poder colonial, como salienta Victor Kiernan mais adiante, geralmente tem procedência sobre a de seus súditos: a dos ricos sobre a dos pobres, das pessoas cultas sobre as iletradas, dos manipuladores da mídia sobre as massas, dos centros metropolitanos sobre os patoás distantes. Às vezes ocorre o contrário: os conquistadores “bárbaros” de Roma rapidamente adotaram o Latim, para provar que eram dignos do manto do *imperium*. (op. cit.: 23)

2. Considerações iniciais sobre a produção discursiva do rapper Mano Brown

No início desse artigo, afirmamos que a questão das línguas e/ou variedades populares é constantemente recortada, muitas vezes a um só tempo, por três critérios: o das relações entre oralidade-escrita, o das relações entre grupos e/ou classes sociais e o das relações entre local-global. A partir de agora, procuraremos analisar, a partir da observação de dois eventos de fala dos quais participa como protagonista principal o *rapper* Mano Brown, os múltiplos recursos linguísticos e textual-discursivos que inserem a sua produção discursiva no campo do popular.

A primeira produção discursiva de Mano Brown a ser analisada é um curto discurso proferido por ele em um contexto no qual é agraciado com um prêmio da Cooperifa⁴. A segunda produção discursiva que vamos considerar é um depoimento do *rapper* para a equipe de produção do DVD dentro de seu próprio carro. Os dois eventos fazem parte do conteúdo de shows musicais, entrevistas e documentários do DVD *100% Favela*, assim intitulado porque foi inteiramente produzido na e pela periferia de São Paulo. O DVD foi produzido em 2006, por *Talentos Apri-sionados, 1 da Sul e Projeto Periferia Ativa*.

⁴ A Cooperativa Cultural da Periferia (COOPERIFA), fundada pelo poeta Sérgio Vaz, produz uma série de ações culturais na periferia de São Paulo. Sua principal ação é a de promover, todas as quartas-feiras, o Sarau da Coperifa, encontro que tem por objetivo apresentar e discutir a produção poética da periferia e de fora dela. O evento que acontece desde 2001 já resultou em livro, ‘Ras-tilho de Pólvora- Antologia Poética do Sarau da Cooperifa’.

Em termos linguísticos, a fala do *rapper* Mano Brown pode ser caracterizada como representando o português popular ou não-padrão, estruturada por meio das estratégias constitutivas da produção de textos falados.

Assim é que temos a presença de alguns processos variáveis, tais como a assimilação de /d/ em /nd/, como em *prestano*, *sofreno*; as reduções do verbo estar, como em *tá* e *tô* e da preposição *para* (*pa*); a ausência de concordância explícita de número entre constituintes do sintagma nominal, como em *coisas bonita*, *os inteligente*, *outras fita*; a ausência de concordância explícita de número entre o verbo e o sujeito, como em *eles aceita*, o uso do ter existencial como em *tem um um deus que olha por mim*.

Podemos dizer que, de todos os processos que acabamos de elencar, os que são mais perceptíveis em termos de frequência de uso são os que envolvem fundamentalmente: a) a concordância verbo/sujeito; b) a concordância entre elementos do sintagma nominal. Vejamos os dois excertos abaixo retirados do discurso de agradecimento:

Excerto 1

na verdade a gente nem somos/nós nem somos tão humilde assim eu não sou um cara humilde...eu sou um cara... que tento ser verdadeiro tenho vários inimigo...falar o que quer ouve o que não quer eu falo o que eu quero...então as consequências também são monstruosas entendeu?

Excerto 2

porque às vezes eu fico sozinho...dentro do meu mundo pequenozinho pá de problemas individuais MEUS...

Ao observarmos com mais atenção os processos variáveis que envolvem o fenômeno da concordância de número entre elementos do SN (considerado como um todo), a variante *mais frequente* no discurso de Mano Brown é a ausência explícita de concordância entre os elementos do SN (12 ocorrências: *coisas bonita*; *os inteligente*; *os olhos verde*; *as coisa*; *os inteligente*; *setecentos conto*; *vários inimigo*; (d)as covardia; *as dívida*; *os problema*; (d)os último; *os pensamento*). Justamente por apresentar uma maior frequência de uso, essa variante é considerada menos marcada, nos termos de Givón (2001). A variante *menos frequente* é a presença explícita de concordância entre os elementos do SN (03 ocorrências: *as pessoas*; *as consequências*; *pá de problemas individuais meus*). Por apresentar uma menor frequência de uso, essa variante é considerada mais marcada. Isso pode ser ilustrado pelo gráfico 1 abaixo:

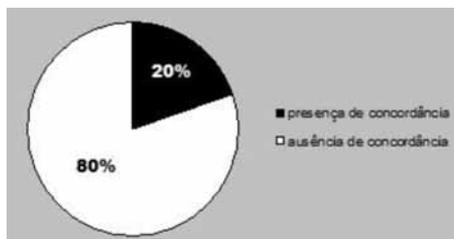


Gráfico 1: Percentual de comportamento da concordância entre os elementos do SN em contexto de discurso de agradecimento. Total de 15 ocorrências.

Já em relação ao comportamento da variável concordância entre verbo e sujeito, ao longo da fala de Mano Brown ocorre justamente o contrário: a variante *mais frequente* (portanto, menos marcada) é a concordância explícita de número entre verbo e sujeito (04 ocorrências: *nóis não vamos fazer alguma coisa junto; eles falam; as consequências são monstruosas; os problemas que aconteceram depois*). A variante menos frequente (portanto, mais marcada) é a ausência de concordância explícita entre verbo e sujeito (01 ocorrência: *eles aceita*). Isso pode ser ilustrado pelo gráfico 2 abaixo:

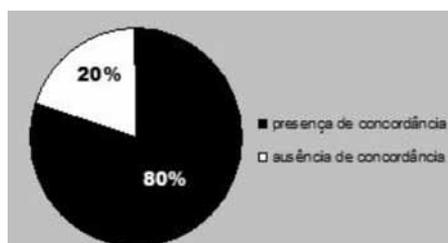


Gráfico 2: Percentual de ocorrência de concordância explícita entre verbo e sujeito em contexto de discurso de agradecimento. Total de 05 ocorrências.

Podemos dizer que o comportamento das variáveis a) concordância de número entre elementos do SN e b) concordância de número entre verbo/sujeito, ao longo dessa fala pública de Mano Brown, apenas corrobora a tendência já afirmada em estudos sociolinguísticos (NARO; SCHERRE, 2007; SCHERRE; NARO, 2007), de que a variante ausência de concordância explícita entre os elementos do SN é mais frequente (menos marcada) por, dentre outros fatores, incidir sobre elementos com menor saliência fônica na relação singular/plural dos itens envolvidos - *inteligente/inteligentes*). Já a variante ausência de concordância explícita entre verbo e sujeito é menos frequente (mais marcada) porque, em geral, envolve elementos de maior saliência fônica (*é/são; aconteceu/aconteceram*).

É interessante observar que o comportamento das duas variáveis acima descritas, em outro contexto, quando o *rapper* está dando um depoimento para uma pessoa da equipe de produção do DVD dentro de seu carro, praticamente não se modifica. A variante ausência de concordância explícita entre elementos do SN (14 ocorrências) continua sendo a *mais frequente* em relação à

variante presença de concordância explícita entre elementos do SN (02 ocorrências). Já a variante ausência de concordância entre verbo e sujeito é mais frequente (03 ocorrências) do que a variante presença de concordância entre verbo e sujeito (02 ocorrências). Os gráficos 3 e 4 abaixo ilustram o que acabamos de dizer:

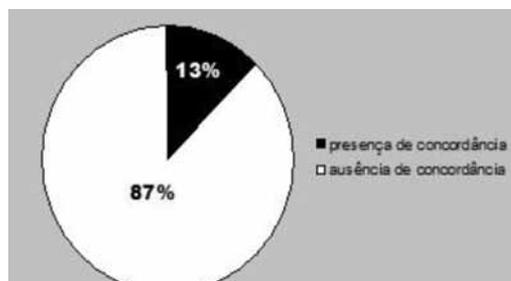


Gráfico 3: Percentual de comportamento da concordância entre os elementos do SN em contexto de depoimento. Total de 16 ocorrências.

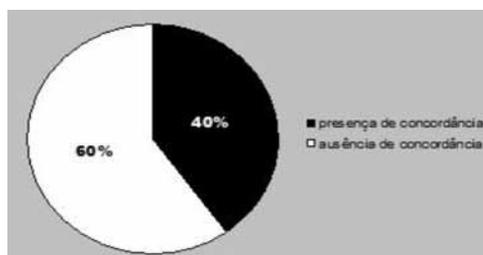


Gráfico 4: Percentual de comportamento da concordância entre verbo e sujeito em contexto de depoimento. Total de 05 ocorrências.

É importante ressaltar que há um aumento tanto do uso da variante menos marcada (a ausência de concordância explícita entre elementos do SN) como da variante mais marcada (ausência de concordância entre verbo e sujeito). No entanto, as ocorrências tanto de concordância verbal como de concordância nominal explícitas são condicionadas pelo princípio da saliência fônica (*várias vez-vezes/ está-estão*) (NARO; SCHERRE, 2007; SCHERRE; NARO, 2007).

Essas breves considerações sobre processos variáveis envolvendo o fenômeno da concordância nos levam a postular que as falas de Mano Brown, nos dois diferentes contextos, podem ser consideradas como exemplares de um registro popular em função das *tendências* apontadas pelo comportamento das variantes envolvidas.

No entanto, em função da observação do aumento do uso da variante estigmatizada presença de concordância entre verbo e sujeito em contexto mais informal de fala, postulamos que há um monitoramento estilístico (LABOV, 1972; 2001) efetuado pelo *rapper* que incide justamente sobre a variante mais estigmatizada, a ausência de concordância entre verbo e sujeito. A postulação

da existência do monitoramento estilístico por parte do *rapper* pode ser corroborada não apenas pelo aumento significativo de uso dessa variante em contexto mais informal de fala, como também pelo fato de que a única autocorreção efetuada pelo *rapper* ao longo de seu discurso de agradecimento incide justamente sobre essa variante.

A nosso ver, esse monitoramento estilístico encontra-se relacionado à elaboração de uma determinada identidade social relacionada tanto à classe social como ao pertencimento a uma determinada comunidade (BELL, 2001). Assim, o monitoramento estilístico do *rapper* é fundamentalmente ambivalente: com o uso de formas não marcadas (por exemplo, *os inteligente*), o *rapper* garante que sua fala seja identificada/reconhecida como a fala de um sujeito que pertence ao grupo social ao qual se dirige: moradores da periferia de São Paulo; já com o uso de formas marcadas (por exemplo, *as consequências são monstruosas*), o *rapper* procura legitimar seu discurso, revelando um grau alto de consciência sociolinguística sobre a maior estigmatização social de determinadas variantes linguísticas, tais como a de ausência explícita de concordância entre verbo e sujeito.

Outra observação: a única ocorrência da variante ausência de concordância entre verbo e sujeito ao longo do discurso de agradecimento do *rapper* se dá em um enunciado que pode ser considerado como um “discurso interno” (*como é que eles aceita isso aí?*), o que indicia, mais uma vez, o trabalho de estilização de sua própria linguagem. Ao mesmo tempo, podemos dizer que as restrições do contexto enunciativo (fala espontânea pública com o objetivo de agradecer o prêmio recebido) são determinantes para que o grau de atenção de Mano Brown em relação a sua própria fala seja maior e focado para o controle de determinadas variantes desprestigiadas. Assim, tanto o aumento dos usos da variante estigmatizada em contexto mais informal de fala quanto a autocorreção efetuada pelo *rapper* revelam uma relação complexa entre as pressões internas ao próprio sistema linguístico (o condicionamento pelo princípio da saliência fônica) e as pressões de normatização/padronização às quais o sujeito está submetido, sendo que essas últimas se atualizam mais fortemente na situação de produção de um discurso público de agradecimento, que demanda um certo nível de formalidade na linguagem. A nosso ver, a autocorreção efetuada pelo *rapper* é um dos indícios do fato de que os sujeitos das camadas populares da sociedade, ao circularem por campos e contextos sociais distintos, estão constantemente inseridos em interações complexas, que demandam deles, no curso de sua produção linguístico-discursiva, atitudes que são, a um só tempo, de negociação e de fixação de interesses, objetivos e identidades muitas vezes conflitantes entre si. Sendo assim, a proposta de Thompson (1988) e de outros estudiosos do popular parece apontar para o fato de que essa tensão

se agudiza no caso da linguagem popular, já que ela seria um lócus preferencial para a exibição dos conflitos sociais aos quais estão submetidos: a elaboração de identidades linguísticas locais e de classe & o domínio da linguagem dos grupos dominantes e/ou dos grupos de maior prestígio social.

Para compreender um pouco mais globalmente em que medida o discurso proferido por Mano Brown indicia, a um só tempo, identidades sociais (de classe e de grupo) e o desenvolvimento de uma “consciência de classe”, nos termos propostos por Thompson (1998), o nosso olhar não pode se contentar com a identificação de processos de iconização estilística de determinados recursos linguísticos.

Compreender como o discurso proferido pelo *rapper* indicia as identidades sociais (de classe e de grupo) em jogo naquela situação comunicativa pressupõe também a análise dessas produções discursivas no nível lexical. Assim é que há uma grande diferença entre o número de ocorrências de gírias. Por exemplo, ao longo do discurso de agradecimento, temos muito poucas gírias (*meu, outras fita*). Já ao longo do depoimento, o número e a diversidade de gírias aumentam bastante: *pá, tá ligado* (03 ocorrências), *meu* (03 ocorrências), *mesma fita*, *tipo* (02 ocorrências), *mano*. Se considerarmos que o depoimento do carro é bem mais curto do que o discurso de agradecimento, a presença das gírias ao longo da fala de Mano Brown indicia fortemente a maior informalidade de um contexto sobre o outro e reforça a nossa postulação de que o *rapper* de fato monitora sua fala nos dois diferentes contextos.

Há também uma mudança clara no uso de marcadores discursivos e de conectivos (SILVA; MACEDO, 1996): se, por um lado, ao longo do discurso de agradecimento, temos uma maior presença de *né*, e *certo?* como recursos importantes no auxílio ao processamento *on line* do texto que está sendo falado (Koch, 1997), temos também a forte presença do conectivo *e* e algumas ocorrências do marcador *então*. A presença dessas duas formas parece indicar um maior grau de formalidade. No entanto, ao longo do depoimento, ocorre quase que uma substituição dos marcadores e dos conectivos: *e* e *então* não ocorrem, o *né* quase desaparece, há algumas ocorrências de *aí* (que não havia estado presente no discurso de agradecimento) e as gírias *meu* e *tá ligado?* ocupam o papel de marcadores desempenhado pelo *né* e pelo *certo?* no discurso de agradecimento. Por fim, observamos que, no contexto mais informal de fala, o *rapper* parece estar mesmo mais relaxado e muito envolvido com sua própria produção discursiva: ao comentar o documentário que tematiza como eram as favelas em 1977, faz algumas vezes uso do adjetivo *loko* e das expressões *loko pá carai* e *som do caralho*.

Gostaríamos de ressaltar um último aspecto em relação à produção discursiva de Mano Brown: o fato de que, nos ter-

mos de Thompson (1998), para se construir uma linguagem intimamente vinculada a determinados grupos sociais, faz-se necessário um tipo de elaboração discursiva específica, que coloque em cena o conjunto de conflitos que aquele ator social vivencia, o que implica um discurso de legitimação de suas próprias práticas e de crítica/revolta em relação aos grupos dominantes. Vejamos os excertos abaixo retirados do discurso de agradecimento do *rapper*:

Excerto 3

“a pior pobreza é quando (a gente) tá pobre de espírito”

Excerto 4

“a burrice vem da neurose do ódio da revolta você passa na frente de uma favela te dá ódio dá raiva...dá raiva até da favela...porque (como) eles aceita isso aí?...porque nós não vamos fazer alguma coisa...junto?”

O *rapper* inicia seu discurso com uma afirmação forte: a pior pobreza é a pobreza de espírito. É de um lugar de autoridade, daquele que assume para si a responsabilidade pela divulgação e valorização de determinados padrões de comportamento para o grupo social ao qual pertence e do qual reivindica ser representante (BENTES, 2009), que o *rapper* faz essa afirmação. Toda sua argumentação vai na direção de legitimar a sua trajetória no campo social, a sua posição enunciativa e suas práticas.

De forma a principalmente legitimar esse lugar enunciativo dentre outros ocupados pelos *rappers*, Mano Brown aposta na explicitação de um discurso crítico: em relação a si mesmo (*muitas vezes eu fui burro*) e em relação aos membros de sua própria comunidade (*cê pode virar a esquina e tratar um playboy com arrogância (...) ISSO é burrice; te dá raiva até da favela.. porque (como) é que eles aceita isso aí?*). Apesar de voltar sua crítica para a própria comunidade e para si mesmo, o *rapper* não deixa de expor a sua revolta em relação à exploração aos quais os sujeitos de seu grupo social estão submetidos. Assim, nos termos de Thompson, a formação da consciência de classe (ou seja, da consciência da exploração) é trabalhada discursivamente logo no início do discurso de agradecimento de Mano Brown.

Poder-se-ia esperar, nesse contexto, que a continuidade do discurso fosse na direção de uma crítica mais direta e explícita aos grupos dominantes. No entanto, não é isso que acontece. Se a crítica que predomina em seu discurso é voltada mais para o próprio grupo social do *rapper* e para suas próprias práticas individuais, isso acontece porque, segundo Thompson, é característico das práticas culturais populares deixar revelar pela linguagem os conflitos nos quais estão inseridos. Assim é que “inteligência é humildade”. Com essa máxima, o *rapper* faz uma

associação pouco esperada entre a capacidade de ser inteligente e a de ser humilde, passando a tematizar justamente as práticas que reprova: ser racista (*tratar um playboy com arrogância só porque ele tem os olhos verde*), ser arrogante por ser dono um bem material (um Nike, um carro, uma moto, uma arma).

No entanto, o movimento da crítica não se concentra nos outros: Mano Brown assume que também não é humilde e que é difícil sê-lo (*eu não sou um cara humilde... eu sou um cara...que tento ser verdadeiro*). Essa “movimentação enunciativa” implementada pelo *rapper* ao longo de seu discurso, ora falando de um referente externo, ora falando de si mesmo, indicia também a arena de conflitos que constitui a cultura e a linguagem populares. Retomando os termos de Thompson, a ambiguidade (postura de ódio e de revolta e, ao mesmo tempo, de humildade) revelada pelo discurso deriva do fato de que ao mesmo tempo em que se faz necessário “seguir as regras do mundo”, também se faz urgente fazer emergir a consciência da exploração. A nosso ver, Mano Brown, ao buscar uma identidade de classe para o seu discurso (aqui incluída sua produção poética), encena sentidos sociais necessariamente conflitivos, muito pouco consensuais. De forma a atenuar a natureza conflituosa de sua produção discursiva, principalmente no caso do discurso de agradecimento, recorre ao uso constante da primeira pessoa e da exemplificação por meio de relatos.

Ao observarmos ainda muito globalmente apenas alguns aspectos de duas produções discursivas de Mano Brown, podemos dizer que as postulações de Thompson apresentadas de forma breve no início desse trabalho são muito frutíferas: o caráter conflituoso de uma linguagem e/ou cultura popular parece estar à mostra em muitos níveis e de variadas formas. De qualquer modo, o que fica aqui para ser analisado com mais vagar em outro momento é a natureza profundamente reflexiva das ações linguístico-discursivas do *rapper*.

A elaboração de uma distinção social nos termos de Bourdieu (1979) por meio da linguagem é muito importante para o *rapper*, principalmente se considerarmos o comportamento da concordância verbo/sujeito no discurso de agradecimento. No entanto, também se faz necessário o reforço a uma identidade social (e, por conseguinte, linguística), local e de classe (COUPLAND, 2007). É no interior desse conflito fundamental que Mano Brown se movimenta.

Procuramos, ao longo deste texto, apenas apontar caminhos iniciais que voltem o seu olhar para o popular na/da linguagem, sem, no entanto, reificá-lo, mas também, sem negá-lo. As breves descrições e análises desenvolvidas ao longo desse artigo apontam para o contínuo processo de elaboração da linguagem, mais especificamente, dos registros e dos estilos populares. Esse processo envolve, a um só tempo, níveis que se entrelaçam e

que são de natureza variada. No entanto, dar alguns passos na direção de encarar esse desafio, o de tentar descrever e analisar o que é fluido e o que nos escapa, foi nossa tarefa.

Para encerrar, diríamos que o importante na definição do “popular”, no caso de se considerar tanto a formação de variedades, como a de registros e estilos linguísticos, quanto processos que envolvem “uma gradual sedimentação de hábitos de percepção e produção da fala que perpassa domínios sociais particulares” (AGHA, 2007, p. 228), é considerar o que Coupland (2001, 2007) defende: o manejo de variados recursos semióticos a serviço tanto da elaboração de distinções sociais, nos termos de Irvine (2001), quanto de *personas* sociais, nos termos de Coupland (2007). Acreditamos que é isso que o *rapper* Mano Brown faz cotidianamente: a um só tempo manipula recursos semióticos de forma a dar uma identidade de classe a sua linguagem, construindo, ao mesmo tempo, uma legitimação para o lugar enunciativo que ocupa e, portanto, uma distinção social. Assim é que a natureza popular de sua linguagem não pode ser reificada ou essencializada, já que se forja na vida, na prática, na experiência social. E isso é, ao mesmo tempo, sua beleza e um desafio para todos os que se interessam pela linguagem humana.

Abstract: *This article has as its main objective to present a discussion about what criteria must be considered when we talk about aspects of a speech defined as popular. In order to do this, we present a brief reflexion about how two different fields - social history and sociolinguistics - have been dealing with the relations between language and social class. We also analyze two portions of a rapper discourse (a public one and a private one) in different contexts so we can postulate that complex relations between certain linguistic marks and the discursive rapper position in the social field are responsible for the popular nature of his speech.*

Keywords: *Sociolinguistics. Popular language. Linguistic styles.*

Referências

- AGHA, A. *Language and social relations*. New York: Cambridge University Press, 2007.
- BAGNO, M. *Português ou brasileiro: um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

- BELL, A. Back in style: reworking audience design. In ECKERT, P; RICKFORD, J. (eds.), *Style and sociolinguistic variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 139-169
- BENTES, A. C. "É nós na fita": a formação de registros e a elaboração de estilos no campo da cultura popular paulista. Projeto de Pesquisa submetido à FAPESP, 2009.
- BENTES, A. C.; NOGUEIRA, C. M. A. A estilização paródica de um registro do português popular brasileiro no programa de rádio "Os manos". In: Maria Célia Lima-Hernandes et al. (Orgs.) *A Língua Portuguesa no Mundo*. São Paulo, Brasil: FFLCH- USP, 2008, CD-Rom. ISBN 978-85-7506-1.
- BOLLÈME, G. *O povo por escrito*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- BOURDIEU, P. *Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1987.
- BURKE, P. Prefácio à edição brasileira. In: *Linguagem, indivíduo e sociedade: história social da linguagem*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993, p. 13-37.
- CASTILHO, A. T. O português do Brasil. In ILARI, R. *Linguística românica*. São Paulo: Editora Ática, 1997.
- COUPLAND, N. Language, situation and the relational self: theorizing dialect-style in sociolinguistics. In ECKERT, P; RICKFORD, J. (Eds.). *Style and sociolinguistic variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 185-210.
- _____. *Style - Language variation and identity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- ECKERT, P. *Variation, convention and social meaning*. Paper presented at the Annual Meeting of Linguistic Society of America, Oakland, CA, Jan. 2005.
- ECKERT, P.; RICKFORD, J. (Eds.) *Style and sociolinguistic variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- GIVÓN, T. *Syntax: an introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 2001. V. 1-2.
- HANKS, W. F. *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin*; organização Anna Christina Bentes; Renato C. Rezende, Marco Antônio Rosa Machado. São Paulo: Cortez, 2008.
- IRVINE, J. Style as distinctiveness: the culture and ideology of linguistic differentiation. In Penelope Eckert and John Rickford (eds.), *Style and sociolinguistic variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 21-43.
- JOYCE, P. O inglês do povo: língua e classe na Inglaterra. In: *Linguagem, indivíduo e sociedade: história social da linguagem*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993, p. 13-37.

- KOCH, I. G. V. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.
- LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1972.
- _____. The anatomy of style shifting. In ECKERT, P; RICKFORD, J. (eds.), *Style and sociolinguistic variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 85-108.
- LEITE, M. Q. *Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo no Brasil*. São Paulo: Associação Humanitas Editorial, 2006.
- NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. Sobre as origens do português popular do Brasil. *D.E.L.T.A.* (nº. especial), 1993, p. 437-455.
- _____. *As origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- PRETI, D. (Org.) *O discurso oral culto*. São Paulo: Humanitas Publicações, 1997.
- _____. (Org.) *Estudos de língua falada: variações e confrontos*. São Paulo: Humanitas Publicações, 1998.
- PORTER, R. Introdução. In: BURKE, P; PORTER, R. (Orgs.) *Linguagem, indivíduo e sociedade: história social da linguagem*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993, p. 13-37.
- RAMPTON, B. *Crossing: language and ethnicity among adolescents*. New York: Longman, 1995.
- RIBEIRO, I. Quais as faces do português culto. In ALKMIM, T. (org.) *Para a história do português brasileiro*. Novos estudos. Vol. III. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002.
- SCHELLING, V. *A presença do povo na cultura brasileira: ensaio sobre o pensamento de Mário de Andrade e Paulo Freire*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.
- SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. A concordância de número no português do Brasil: um caso típico de variação inerente. In HORA, D. (org.) *Diversidade linguística do Brasil*. João Pessoa: Idéia, 1997, p. 93-114.
- SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. Linguistic parallelism: a real-time study. Comunicação apresentada no *New Ways of Analyzing Variation (NWAV) 36*. University of Pennsylvania, 2007.
- SILVA, G. M. O.; MACEDO, A. T. Análise sociolinguística de alguns marcadores conversacionais. In MACEDO, A.T.; RONCARATI, C.; MOLLICA, M. C. (orgs.) *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *Formação da classe operária inglesa. A árvore da liberdade*. Vol.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.